

Devoções leigas na Bahia republicana

Edilece Souza Couto*

Resumo. Do final do século XIX às primeiras décadas do século XX, a cidade do Salvador-BA passou por mudanças significativas nos aspectos socioeconômicos, cultural e religioso. Após a proclamação da República, os políticos, médicos, educadores e jornalistas, estavam atentos à divulgação, pela elite nacional, dos ideais de progresso e civilidade. Almejavam a reordenação do espaço urbano e a resolução dos problemas causadores do “atraso colonial”: deficiências no saneamento básico, abastecimento de água e serviços de esgoto, péssimas condições de higiene e saúde da população. O clero reformador também desejava mudanças na vivência da fé católica. Grupos religiosos, sob a supervisão dos padres, foram criados e novas regras foram estabelecidas para regulamentar o fervor e a devoção dos leigos. Neste texto, serão analisados os fatores que influenciaram as transformações (desaparecimentos, fusões e adequações) ocorridas nas irmandades e nos cultos promovidos pelos leigos.

Palavras-chave: Irmandades, Devoções, Catolicismo, República, Salvador-BA.

Lay devotions in the republican era in Bahia

Abstract. From the late nineteenth century to the first decades of the twentieth century, the city of Salvador, in Bahia, underwent significant changes in terms of social-economic, cultural and religious aspects. After the proclamation of the Republic, politicians, physicians, educators and journalists were attentive to the ideals of progress and civility spread by the national elite. They aimed at the reorganization of the urban space and the solution of the problems that caused the “colonial lag”: deficiencies in basic sanitation, water supply and sewage services, besides the bad hygiene and health conditions of the population. The reformer clergy also wanted changes in the way the catholic faith was experienced. Religious groups were created under the supervision of priests, and new rules were established to regulate both the fervor and devotion of the laymen. In this paper, the factors that influenced the changes (disappearance, mergers and adaptations) that took place in fraternities and cults fostered by laymen have been analyzed.

Keywords: Fraternities, Devotions, Catholicism, Republic, Salvador, Bahia.

Irmandades na Bahia oitocentista

Na cidade do Salvador do século XIX, a vivência religiosa era, em grande parte, organizada pelas irmandades, associações leigas para a promoção do culto aos santos. Os irmãos estavam reunidos por critérios sociais e de cor. Assim, os portugueses e brasileiros brancos se reuniam nas irmandades da Misericórdia, do Santíssimo

* Edilece Souza Couto é doutora em História pela Universidade Estadual Paulista – UNESP, *campus* de Assis-SP, e professora do departamento de História da Universidade Federal da Bahia – UFBA. É autora dos livros *A Puxada do Mastro* (Ed. Maramata, 2001); *Tempo de Festas* (EDUFBA, 2010) e co-autora, com Waldir Freitas Oliveira, de *Colégio Antônio Vieira (1910-2011)* (EDUFBA, 2011), além de capítulos de livros e artigos sobre Cristianismo, Igreja Católica, festas, devoções e religiosidades. edilece@ufba.br

Sacramento, de N. S. da Conceição da Praia e do Senhor do Bonfim. Tinham funções diferentes: a primeira era de caridade, atendendo principalmente aos pobres, deficientes físicos, prisioneiros, jovens órfãos e crianças enjeitadas, providenciando também enterros cristãos para indigentes e escravos; a segunda era destinada ao culto do Santíssimo Sacramento da Eucaristia, realizando a procissão anual de Corpus Christi; a terceira foi formada para reverenciar a padroeira do império português e do Brasil; e, por último, a Devoção do Senhor Bom Jesus do Bonfim, desde 1750, promove o culto ao Jesus crucificado.

Os africanos e seus descendentes também se reuniam em irmandades. Utilizavam o critério de nação e se agrupavam da seguinte forma: angolanos e congoleses formavam a Irmandade de N. S. do Rosário (igreja da freguesia do Passo, atual Pelourinho); os daomeanos reuniam-se na irmandade de N. S. das Necessidades e Redenção (capela do Corpo Santo, na Cidade Baixa) e as mulheres nagô-yorubas fundaram a Irmandade de N. S. da Boa Morte (igreja da Barroquinha). Os negros nascidos no Brasil formavam a Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Martírios (altar lateral da Igreja da Conceição da Praia). Os pardos, por sua vez, reuniam-se nas irmandades de N. S. Bom Jesus da Cruz (igreja da Palma), N. S. Bom Jesus da Paciência (igreja de São Pedro) e N. S. da Conceição do Boqueirão (na igreja de mesmo nome). A primeira providência dos irmãos era encontrar uma igreja que os acolhesse em um altar lateral. Porém, o objetivo era angariar recursos para a construção de um templo próprio. Em seguida, providenciava-se o *Compromisso*, conjunto de regras, submetidas às autoridades eclesiásticas, que determinavam os objetivos da associação, forma de admissão dos membros, seus direitos e deveres (COUTO, 2010, p. 64-69).

As irmandades tiveram sua fase áurea no período colonial e continuaram atuantes durante o império. O que unia os irmãos era a vivência laica da fé cristã, expressa na exterioridade cênica, no “teatro das representações edificantes”, afinal, “O ritmo da devoção é pendular. Por um lado, insiste na interioridade de cada um, o que acentua o caráter intimista; por outro, subministra estímulos e apelos projetados pelo cênico, na exteriorização que enche os olhos e toca o coração” (SILVA, 2000, p. 97). Além do desenvolvimento da fé cristã, as associações leigas promoviam a sociabilidade, a ajuda mútua e a assistência espiritual e material durante a vida e na hora da morte (funeral, sepultamento na capela, nos carneiros ou no cemitério próprio e, ainda, pensões para a viúva e os órfãos). Nas confrarias de negros, alguns escravos poderiam

ser ajudados na compra da alforria. Portanto, a existência das irmandades era bem vista pela Igreja e pelas autoridades administrativas da Bahia. O clero considerava esses agrupamentos como garantia de catequese, da conservação dos valores católicos e do controle sobre a fé dos baianos. E os políticos ficavam livres da responsabilidade de socorrer os necessitados prestando-lhes serviços de saúde.

As pesquisas históricas, desenvolvidas até o momento, tratam do período colonial e imperial. Discutem o funcionamento e a importância das confrarias enquanto espaços de culto, ajuda mútua e formação da identidade. Alguns estudos sobre as irmandades no século XVIII se tornaram clássicos da historiografia brasileira e, por mais que estejam distantes do recorte temporal aqui adotado, são importantes obras de referência e cujas leituras contribuíram para o levantamento de hipóteses para esse estudo. Três desses trabalhos merecem destaque: *O catolicismo popular no Brasil* (AZZI, 1978), *Devoção e escravidão* (SCARANO, 1978), *Os leigos e o poder* (BOSCHI, 1986). O primeiro trata da vivência religiosa leiga no Brasil desde o processo de colonização e dedicou um capítulo às Confrarias, Irmandades e Ordens Terceiras. O segundo destaca a importância do trabalho dos irmãos negros na construção das igrejas, desenvolvimento das devoções e as interligações entre fé, religião e escravidão. O terceiro aborda o modo como o Estado absolutista canalizou, em seu favor, a força que as irmandades representavam no seio da sociedade de Minas Gerais dos setecentos.

As obras de Julita Scarano e Caio Boschi tratam da formação e do desenvolvimento das associações leigas em Minas Gerais e meu objetivo é estudar esses grupos de devotos em Salvador-BA. Por isso, três trabalhos acadêmicos são fundamentais para a compreensão do contexto soteropolitano, pois se referem à devoção a N. S. do Rosário, promovida pelos negros: a tese *Os Rosários dos Angolas* (REGINALDO, 2005), um estudo das irmandades negras, experiências escravas e identidades africanas na Bahia setecentista; duas dissertações: *Irmãos de cor, de caridade e de crença* (FARIAS, 1997), sobre a Irmandade de N. S. do Rosário às Portas do Carmo nos oitocentos, e *Os negros cristãos católicos e o culto aos santos na Bahia colonial* (PINTO, 2000).

Esses são resultados de pesquisas específicas sobre as irmandades. Porém, não podemos negligenciar as contribuições de historiadores que se dedicaram a uma compreensão mais ampla das relações entre o poder político, a Igreja e os leigos na Bahia oitocentista. Destaco os livros *A morte é uma festa* (REIS, 1991), *Bahia, século*

XIX (MATTOSO, 1992) e *Os segadores e a messe* (SILVA, 2000). Para compreender a Cemiterada, revolta ocorrida em Salvador, em 1836, que levou a destruição do Cemitério do Campo Santo, depois de três dias de inaugurado, João José Reis desvendou as concepções de morte entre os cientistas, religiosos e devotos, assim como o papel das irmandades na realização dos ritos fúnebres e o culto aos mortos. Kátia Mattoso dedicou parte do seu livro à Igreja, destacando a formação da hierarquia eclesiástica, a reforma do catolicismo brasileiro, as relações entre Igreja e Estado, as ordens religiosas e as devoções leigas, além de uma pequena incursão no que chamou de religiões concorrentes: protestantes, mulçumanos e adeptos do Candomblé. Cândido da Costa e Silva, por sua vez, realizou um primoroso trabalho sobre o perfil do clero baiano oitocentista e sua relação com os fiéis.

Esses trabalhos, mesmo os que são específicos sobre as associações leigas, apontam sinais de decadência a partir da segunda metade do século XIX, mas não analisam o declínio e a extinção de muitas irmandades, nem as transformações, permanência e vigor de outras. Após a proclamação da República as devoções leigas passaram a ser marginalizadas pela Igreja e pelo Estado. O clero, na tentativa de reforma, passou a encarar as manifestações exteriores da fé e religiosidade baiana, mesclada com elementos africanos, como ameaça à hierarquia e desvio da ortodoxia. Com o fim do padroado e a separação entre Igreja e Estado, foi cortado o vínculo entre as irmandades e o poder civil. Os políticos baianos passaram a criar hospitais e outras associações de socorro à população. Consideravam importante transformar Salvador numa capital moderna e civilizada, desapegada dos valores tradicionais.

Apresento, nesse texto, os resultados parciais de uma pesquisa que visa analisar as transformações: fusões, adaptações, revitalizações e continuidades do catolicismo leigo na Bahia republicana. Centrarei a análise nos distritos onde estavam localizadas as igrejas das irmandades estudadas. Assim, temos a seguinte distribuição: na Cidade Alta: Sé (irmandades do Santíssimo Sacramento, de Santa Cecília, N. S. Conceição dos Artistas, N. S. da Fé, N. S. Rainha dos Anjos, N. S. de Guadalupe, S. Pedro de Alcântara, S. Vicente Ferrer e S. João Batista) e Passo (Irmandade de N. S. do Rosário às Portas do Carmo); na Cidade Baixa: Conceição da Praia (irmandades do Santíssimo Sacramento e Conceição da Praia, Senhor Bom Jesus das Necessidades e Redenção, Glorioso Patriarca São José) e Penha (Devoção do Senhor Bom Jesus do Bonfim).

Reformas urbanas e nos costumes: Cidade Alta

Até o século XIX, Salvador era dividida em dez freguesias, que, após a proclamação da República, passaram a ser chamadas de distritos. Segundo Anna Amélia Nascimento (2007, p. 45), cada freguesia estava ligada a sua igreja matriz, portanto, a divisão administrativa coincidia com a religiosa. Cabia ao vigário desenvolver as funções religiosas (missas e sacramentos), políticas (nas igrejas funcionavam as comissões para compor listas de qualificação eleitoral e se realizavam as eleições primárias) e econômicas (documentar as posses de terrenos, fazendas, engenhos, sítios ou chácaras nos Registros Eclesiásticos de Terras). Nas igrejas matrizes ou em templos próprios, as irmandades (com suas procissões e festas) também contribuía para o bom andamento do catolicismo.

A freguesia/distrito da Sé era o centro administrativo, político, judiciário e religioso de Salvador. Nela se encontravam os palácios do governo e episcopal, a Câmara, a cadeia, a Igreja de N. S. da Ajuda (primeira catedral, antes da construção da Sé), a Santa Casa de Misericórdia, a Igreja da Sé, o convento dos Franciscanos, a antiga igreja da Companhia de Jesus, o Colégio dos Jesuítas (transformado na Faculdade de Medicina) e as ordens terceiras de São Francisco e São Domingos.

Em 1855 estimava-se a população da Sé em 8.316 habitantes (NASCIMENTO, 2007, p. 110). O primeiro censo completo de Salvador é de 1872. Ele revela que a freguesia tinha 15.111 moradores. Desses, 13.013 eram livres e 2.098 escravos. Era a terceira freguesia mais povoada, perdendo para Santana e Santo Antônio, porém era a que tinha mais habitantes por m². O recenseamento de 1890 demonstra um aumento da população para 20.550 moradores.

A freguesia da Sé passou por muitas transformações, ainda nos oitocentos. Foi atingida por muitas epidemias, cujos contágios eram facilitados pela densidade demográfica e pelas péssimas condições de higiene. As ruas eram estreitas, mal pavimentadas e sujas. Porém, havia um projeto de reordenamento urbano para o centro administrativo. Foram abertas duas vias, a Rua da Vala (obra iniciada em 1849), a fim de facilitar a comunicação entre a Sé e as outras freguesias, e a Ladeira da Montanha (realizada entre 1871 e 1878), fazendo a ligação entre as cidades alta e baixa. Nesse período, os investimentos estavam concentrados da Praça do Palácio, e seu entorno, ao Largo do Teatro. Ruas foram alargadas e receberam novos calçamentos. O principal objetivo era melhorar o sistema de transportes. Assim, foi construído o elevador

hidráulico, inaugurado em 1873 e chamado de Elevador Lacerda, e iniciada a demolição de antigos prédios, como a Casa da Relação Civil e a Casa da Moeda, que impedissem ou dificultassem o alargamento ou abertura de novas vias (PINHEIRO, 2011, p.146-152).

Segundo Rinaldo Leite (1996, p. 52-53), na Primeira República, Salvador teve seguidos impulsos de transformação urbana. Entre 1906 e 1910, as atenções estavam voltadas para a Cidade Baixa, com as obras de reforma do porto. Entretanto, as intervenções urbanas foram intensificadas nos períodos de 1912- 1916 e 1920-1924, nos dois mandatos do governador José Joaquim Seabra. Houve alargamento de ruas, abertura de avenidas, além de demolições em parte ou na totalidade de antigos edifícios e construções de novos prédios públicos. O projeto modernizador previa melhoramentos físicos (construção e remodelação dos edifícios), serviços urbanos, assistência pública, mudanças nos hábitos e costumes da população.

Dentro da reforma dos costumes, encontramos as críticas aos cultos de origem africana e indígena. Acreditava-se que era preciso retomar os valores e dogmas do catolicismo, pois, apesar dos esforços dos primeiros religiosos, “a religião no Brasil não se definiu, não se integralizou”, como afirmava o editorial do jornal *Diário de Notícias* em 9 de dezembro de 1912, ao tratar do tema “A nossa educação religiosa”. Para tal fim, deveria haver uma aliança entre a Igreja, o Estado e a Imprensa. Seria necessário, ainda, fazer uma tenaz campanha contra a “má orientação cívica e religiosa” do povo baiano. Identificava a origem do problema na colonização, quando os portugueses, de “sangue impuro com mescla de sangue mouro”, juntou-se com “os caboclos de vida errante, dados à prática de fetichismo, indolentes, inadaptáveis à civilização”. Outras vertentes do cristianismo (como o protestantismo) ou outras religiões (espiritismo e islamismo), também eram consideradas prejudiciais à sociedade baiana.

Porém, a recorrência à escravidão africana havia causado um mal ainda maior. Segundo o redator do mesmo editorial, mais grave era o fato do culto africano ser frequentado por senhoras educadas da alta sociedade, que sabiam falar francês, estudavam Geografia e História, tocavam piano, discutiam transcendentais questões filosóficas, além de política nacional e estrangeira, iam à missa, ouviam os sermões do padre, contra as superstições e feitiçarias, e na volta, “com a mesma contrição, com a mesma fé”, procuravam “a casa da *mulher das cartas*, do africano que *bota a mesa*, do explorador que cura por meio do *espiritismo*” e ainda realizavam oferendas.

Nas madrugadas das segundas-feiras, ou das sextas-feiras de cada semana, porque a polícia aqui acorda muito tarde, aparecem nas encruzilhadas da cidade, na baixa da ladeira do cemitério da Quinta, na baixa da ladeira de Nazaré, cestos, panos vermelhos, milho torrado, algumas moedas de cobre, penas de galinha, às vezes galinhas vivas, de laços de fitas nas asas, toda uma infinidade de porcarias, tingidas de azeite de dendê e a que o vulgo dá o nome pitoresco e inexpressivo de bozó (A NOSSA..., 1912, p. 1).

Nas novas ou remodeladas ruas e avenidas não deveria mais haver espaço para oferendas, fogos de planta, vendedores de alimentos, brincadeiras e manifestações populares e cortejos religiosos que pudessem sujar ou provocar estragos nos calçamentos, praças e novos prédios públicos.

Vejamos as principais transformações realizadas na Cidade Alta. Os distritos da Sé, Santana, São Pedro e Vitória formavam o principal eixo das reformas. O decreto nº 1.109, de 25 de junho de 1912, estabelecia a abertura de crédito para o início das obras, os critérios das desapropriações e dos trabalhos de construção e reconstrução de edifícios. Uma das principais obras seria a construção de uma avenida que partisse do distrito da Sé e terminasse no arrabalde do Rio Vermelho. Ou seja, a nova via cortaria toda a cidade e se transformaria no cartão postal da capital da Bahia.

A construção da Av. Sete de Setembro foi a mais controvertida das obras de Seabra. O governador tinha o apoio do arcebispo Dom Jerônimo Thomé da Silva (1893-1924), que aceitava suas ideias de civilidade e modernização. Estavam previstas a destruição de parte da igreja do Mosteiro de São Bento, da Igreja de São Pedro Velho, das fachadas da Igreja do Rosário e do convento das Mercês (irmãs Ursulinas). A sede do distrito de São Pedro foi demolida. As demais igrejas perderam parte de suas edificações. Porém, houve inúmeras manifestações contrárias às demolições, especialmente da igreja do mosteiro beneditino. O abade Majolo de Caigny movimentou a sociedade baiana na defesa do edifício. Publicou matérias nos principais jornais da cidade, escreveu e distribuiu panfletos e organizou um número especial da revista feminina *A Paladina do Lar* com textos dedicados a discussão do projeto de demolição do mosteiro, contendo plantas originais do edifício e de como ficaria após o que chamou de “mutilação da igreja abacial”. Os protestos do abade surtiram efeito. O Mosteiro de São Bento perdeu apenas a varanda lateral.

A mesma sorte não tiveram a Igreja de São Pedro Velho e a Igreja da Sé. A

primeira, construída em 1785, localizava-se próxima ao Mosteiro de São Bento, no meio do caminho por onde passaria a avenida dos sonhos de Seabra. Sob protestos dos paroquianos, em 1913, o templo foi desapropriado e derrubado para, em seu lugar, ser erguida a Praça Barão do Rio Branco e abrir a Av. Sete de Setembro. A única reação de Dom Jerônimo Thomé da Silva foi exigir a construção de um novo templo, num terreno situado na esquina da Praça da Piedade com a Av. Sete de Setembro, inaugurado em 1917. A única lembrança da antiga igreja é o Relógio de São Pedro fincado na calçada.

A Igreja da Sé, construída em 1552, com a fachada virada para a Baía de Todos os Santos, foi um dos mais importantes templos do Brasil, sendo, por dois séculos, sua catedral diocesana. Recebeu o primeiro bispo do Brasil; acolheu os sermões do Pe. Antônio Vieira; foi fortaleza militar durante a invasão holandesa e local de batizado, casamento e sepultura de muitos baianos. No século XVIII, com expulsão dos jesuítas e a transferência da capital para o Rio de Janeiro, a Sé perdeu grande parte do seu prestígio. Porém, os leigos, reunidos em várias irmandades nos seus altares laterais, custeavam as despesas, inclusive as reparações no interior do templo, adro e praça, e mantinham a vivacidade do catolicismo, com suas novenas, procissões e festas.

O projeto de modernização do governo Seabra previa a demolição da Igreja da Sé, pois pretendia-se instalar uma linha de bonde que se estenderia da Rua da Misericórdia ao Terreiro de Jesus, atravessando, portanto, o local do antigo templo. Os governos estadual e municipal e a Igreja Católica, em comum acordo, planejavam a derrubada do templo. Dom Jerônimo Thomé da Silva chegou a enviar documentos ao vaticano pedindo licença para a demolição. Em 10 de agosto de 1916, afirmava a necessidade de um “corte de cinco metros da Igreja da Sé, ou da sua demolição total”. E, em 26 de novembro de 1919, explicava o motivo do novo pedido:

O Governo do Estado da Bahia deseja adquirir uma igreja na cidade da Bahia, com o fim de demolir para o trânsito público se tornar mais fácil. A sobredita Igreja não tem valor artístico nem é necessária para o culto porque perto dela há seis outras igrejas (Apud SANTOS, 1933, p. 14).

Porém, a destruição do templo não se confirmou. Muito contribuiu para a preservação da Sé, as manifestações contrárias, realizadas pelas irmandades que ali estavam sediadas e pelos membros do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia – IGHB. Publicaram textos nos jornais, lançaram manifestos e panfletos pela cidade. Contudo, na década de 1930, quando Juracy Magalhães (1931-1937) governava a

Bahia, na condição de interventor e o arcebispado era dirigido por Dom Álvaro Augusto da Silva (1924-1968), a demolição da Igreja da Sé voltou a compor a pauta de discussão da modernização. Assim, em 1933, o prefeito José Americano da Costa, Dom Augusto Álvaro da Silva e os diretores da Companhia Linha Circular de Carris da Bahia assinaram a escritura pública de expropriação da Sé, permitindo à prefeitura tomar posse do templo.

Destruída a Igreja da Sé, o que aconteceu com as irmandades? Em novembro de 1938, o cônego da Catedral, Appio Silva, por determinação de Dom Augusto Álvaro da Silva, escreveu um relatório sobre “[...] o estado atual das Irmandades, Confrarias e Devoções existentes na antiga Igreja da Sé” (SILVA, 1938, p.1). Começou o texto explicando que, “por deficiência de livros e documentos”, os dados foram obtidos em conversas com o cônego, o tesoureiro e o zelador da Irmandade do Santíssimo Sacramento. Voltou ao assunto no penúltimo parágrafo do seu relato para dizer que os documentos estavam com o antigo secretário, que “[...] se negou terminantemente a prestar quaisquer informações a respeito” (SILVA, 1938, p.5). Não é de se estranhar tal recusa, uma vez que os irmãos foram desalojados, viram sua igreja ser demolida, inclusive com a conivência do arcebispo.

Apesar das lacunas do relatório, o documento nos dá notícias de oito irmandades da antiga Sé. Dentre elas, sete (Santíssimo Sacramento da Sé, N. S. da Fé, N. S. Conceição dos Artistas, S. Pedro de Alcântara, São Vicente Ferrer, São João batista e N. S. de Guadalupe) foram transferidas para a catedral basílica (antiga igreja dos jesuítas, localizada no Terreiro de Jesus). A Irmandade N. S. Rainha dos Anjos passou a funcionar na Igreja do Rosário da Baixa dos Sapateiros. A irmandade que estava em melhor situação era a do Santíssimo Sacramento. Possuía apólices, alfaias (imagens e objetos de culto em ouro e prata), carneiros no Cemitério das Quintas e as ofertas das missas de quinta-feira. Porém, as constantes intervenções do clero geravam descontentamento. O Cônego informa, por exemplo, que a não aprovação do novo estatuto, em 1936, por parte do arcebispo “originou a rebeldia da Mesa [administrativa] contra a Mitra e a consequente suspensão da Mesa por V. Exa.” (SILVA, 1938, p.2). Passados cinco anos da transferência de igreja, a irmandade só havia realizado duas festas. Ora, isso fere o princípio básico da associação leiga: realizar festa anual em honra do seu patrono.

Duas irmandades, que também possuíam alfaias, apólices e carneiros, desejavam

fundir-se com ordens terceiras. Os devotos de N. S. da Fé queriam juntar-se aos irmãos da Ordem Terceira da Santíssima Trindade. E os fiéis de N. S. Rainha dos Anjos, que se reuniam na Igreja do Rosário da Baixa dos Sapateiros, solicitaram a entrada na Ordem Terceira do Rosário. Tudo indica que esse tipo de fusão era uma estratégia de sobrevivência. As ordens terceiras, apesar do caráter leigo, são vinculadas às ordens regulares, portanto, passíveis de maior controle por parte do clero e, por isso, não eram alvo de intensas intervenções.

Segundo Appio Silva (1938, p. 4), as irmandades de São Vicente Ferrer, São João Batista e N. S. de Guadalupe estavam quase extintas, possuíam poucas alaias (imagens guardadas no museu da catedral), não tinham carneiros e pouco se reuniam. A destruição da Igreja da Sé pode não ter sido fator determinante para a extinção desses grupos, mas o fato de não ter templo próprio era uma dificuldade a mais para que os irmãos se mantivessem unidos em tempos de desconfiança e negação da importância de suas vivências religiosas.

Vizinho a Sé, estava o distrito do Passo, desmembrado da Sé na segunda metade dos oitocentos. Mantinha grandes casarões, habitados por famílias de profissionais liberais e negociantes. Em 1872, a freguesia contava com 3.624 moradores. Segundo Nascimento (2007, p. 145-6), a proximidade com a Faculdade de Medicina, fazia do Passo um local apropriado para a residência de médicos. Existiam também três colégios e casas, onde se ofereciam aulas secundárias e de latim. Por isso, era grande a presença de padres e professores. Mas havia também população negra, escrava e liberta. No Passo encontramos uma das mais importantes associações leigas de Salvador, a Irmandade de N. S. do Rosário às Portas do Carmo, criada pelos angolanos em 1685. Recebeu esse nome para o desenvolvimento da devoção mariana do rosário e por sua capela ter sido construída (entre 1703 e 1704) próxima à igreja e ao convento dos frades carmelitas. O primeiro *Compromisso* foi aprovado em 1781, reformulado em 1820 e 1900. Este último teve mudanças significativas: a irmandade passou a condição de Ordem Terceira; a ideia de caridade cristã, presente até o século XIX, mudou para a noção de direito dos irmãos; passou a existir o cargo de vigário do culto (FARIAS, 1997, p. 25-6).

Reformas urbanas e nos costumes: Cidade Baixa

Importantes devoções faziam parte do cotidiano da área comercial da Cidade

Baixa, especialmente nos distritos da Conceição da Praia e Penha. O primeiro era habitado, em grande parte, por comerciantes portugueses que uniam no mesmo espaço atividade profissional e moradia. Durante o dia, a região era muito movimentada, com a chegada de mercadorias estrangeiras no porto, que abastecia de secos e molhados os mercados São João e Santa Bárbara, e produtos (raízes, frutas, farinha, aves e suínos) do Recôncavo, que aportavam no Cais do Mercado por meio dos saveiros. Portanto, o local atraía a população branca, mas também grande quantidade de negros (escravos e/ou libertos) que trabalhavam como ganhadores ou no serviço de transportes (cadeiras de arruar).

Duas importantes igrejas compunham os principais espaços de devoção do distrito da Conceição da Praia e abrigavam importantes irmandades: a Igreja de N. S. da Conceição da Praia (irmandades de N. S. da Conceição da Praia, Santíssimo Sacramento – ambas de portugueses e brasileiros brancos – e Bom Jesus dos Martírios – de negros nascidos no Brasil) e a Igreja do Corpo Santo (irmandades do Senhor Bom Jesus das Necessidades e Redenção – daomeanos – e do Glorioso Patriarca São José).

O distrito da Conceição da Praia também estava presente no projeto modernizador. Ocorriam incêndios frequentes na área comercial. E, muitas vezes, os estragos causados pelo fogo abriam a possibilidade de intervenção nos edifícios religiosos, sem provocar reações contrárias aos objetivos governamentais. A Igreja do Corpo Santo, por exemplo, estava situada no eixo remodelador, entre o Largo das Princesas e a Rua de Santa Bárbara. Em 07 de janeiro de 1902, o intendente José Eduardo Freire de Carvalho Filho escreveu, em seu relatório de gestão, sobre a permissão para um corte que seria realizado naquela igreja:

Causas diversas atrasaram esse consentimento, não sendo de menos alcance a necessidade de um grande corte em parte da Igreja do Corpo Santo, ponto inicial de uma das ruas [...]. O pavoroso incêndio de 1º de dezembro de 1899 simplificou em parte o projeto que me animou [...]. Para removê-la, porém, confiava nos intuitos progressistas e patrióticos do eminente pastor da Igreja Bahiana, o Exmo. Revmo. Sr. D. Jerônimo Tomé da Silva, em quem encontrou essa administração precioso auxílio, pois graças ao prestígio de sua Excia. Revma., concedeu a Cúria Romana a indispensável permissão (BARBOSA, 1970, p. 147).

O intendente José Eduardo de Carvalho Filho era entusiasmado com os progressos urbanos e, em sua gestão (1900-1903), procurou modernizar o distrito da

Penha. Havia uma razão especial para privilegiar essa região da Cidade Baixa. Seu pai foi intendente no período de novembro de 1895 a junho de 1896 e sua família teve participação intensa na Devoção do Senhor Bom Jesus do Bonfim, da qual ele foi secretário e escreveu um livro sobre o culto ao Crucificado.

A Penha era o distrito mais afastado do centro da cidade. Era habitado por pescadores, carpinteiros, alfaiates, costureiras, ganhadeiras, lavadeiras e vendedoras de mingau. Era também zona de repouso e veraneio das famílias aristocráticas de Salvador (NASCIMENTO, 2007, p.158-159). O local não passou pelo urbanismo demolidor. Pelo contrário, recebeu melhorias de infraestrutura e arquitetônicas que facilitaram o acesso ao arrabalde nos dias de festas e embelezavam a Igreja do Bonfim e os arredores com recursos angariados entre os irmãos, a realização de loterias e verbas da intendência.

Os devotos ainda hoje têm orgulho do patrimônio acumulado pela irmandade, criada em 1745. A começar pelo templo, construído (entre 1746 e 1754) com recursos próprios. O terreno onde foram construídas a igreja, as casas dos romeiros e a casa do juiz da Devoção, foi doação da família Carvalho. Em 1798, a Devoção construiu a estrada (atual avenida) dos Dendezeiros, drenando o brejo que esta atravessava, com a utilização da palmeira do dendê, capaz de secar terrenos alagadiços. Porém, a maioria dos melhoramentos urbanos aconteceu entre o final dos oitocentos e início da República. Em 1863, foi construído um chafariz, encimado por uma imagem do Salvador. Já em 1865, o Largo do Bonfim foi ampliado e recebeu calçamento e o adro foi cercado por um gradil de ferro. Em 1873, parte da fachada e do corpo da igreja foram revestidos com azulejos portugueses. Em 1886, foi construída uma muralha de contenção, afinal o templo foi erguido sobre uma colina (CARVALHO FILHO, 1923, p. 78-95).

A Devoção do Senhor Bom Jesus do Bonfim se tornou uma das mais importantes irmandades de Salvador. Aristocrática, desde a sua fundação pelo comandante de mar e guerra e traficante de escravos, Theodózio de Farias, e outros portugueses, atraía para o quadro de irmãos os mais influentes chefes políticos. No entanto, a partir dos oitocentos, a população negra e adepta do Candomblé aproveitou o espaço para a realização do culto a Oxalá.

As suspeitas sobre os leigos baianos aumentavam. Foram inúmeras as tentativas do clero para purificar as festas católicas. O apoio da imprensa, do governador e da

polícia fez com que, no início da República, Dom Antônio Luís dos Santos tivesse uma vitória sobre o laicato. Em 1889, o arcebispo editou uma Portaria proibindo as lavagens das igrejas em dia de festa em homenagem aos santos e pedindo o respaldo da autoridade civil:

Convindo pôr termo por uma vez e para sempre aos graves abusos que cada dia vão em aumento nas igrejas por ocasião da lavagem das mesmas para as festas principais que nelas são celebradas; depois de exortarmos como já por vezes o temos feito, e por muitas vezes fizeram os nossos antecessores, e mostrando a experiência de cada dia que infelizmente não produziram efeito nossas exortações; a bem da moralidade, da santidade do culto Havemos por bem proibir, como pela presente proibimos terminantemente a prática abusiva da dita lavagem festiva em toda e qualquer circunstância.

Aos Reverendos Párocos, às administrações das igrejas e capelas havemos por muito recomendada a obediência desta nossa portaria, e os exortamos a proceder ao asseio das igrejas muito particularmente, em dia que não seja 5ª feira, sem anúncio de qualquer espécie que promove ajuntamento, e com toda decência e reverência possíveis.

Dada nesta cidade de S. Salvador aos 9 de Dezembro de 1889.

Dom Antônio Luís dos Santos.

Na Portaria, endereçada aos párocos e administradores das igrejas e capelas, o arcebispo afirmava que as exortações contra tais atos, “graves abusos”, foram feitas por seus antecessores e por ele mesmo, mas não surtiram efeito. Ora, podemos avaliar que o fato das advertências anteriores não serem levadas em consideração pelos baianos está estritamente relacionado às transformações políticas pelas quais passavam o Brasil e a Bahia. A proclamação da República, em 1889, mesmo ano do documento aqui analisado, trouxe novos ideais, como a separação da Igreja e Estado, a laicização deste e projetos de modernidade arquitetônica e civilização dos costumes. As festas religiosas foram em grande parte consideradas resquícios do atraso colonial. Assim, modificar ou extinguir determinadas práticas religiosas era objetivo do clero reformador, mas também da elite católica e autoridades civis, desejosas de modernizar e civilizar as cidades brasileiras. Dom Antônio Luís dos Santos parece ter compreendido bem aquele momento histórico e solicitou o apoio da imprensa e do governo republicado para fosse cumprida sua vontade e determinação. Para fazer valer a Portaria, o arcebispo publicou-a nos jornais e enviou ofício ao governador do Estado, Manoel Vitorino, pedindo proteção.

Dessa forma houve a união do poder público com a Igreja. O governador

atendeu a solicitação do arcebispo. No dia da Lavagem, 17 de janeiro de 1890, quando as baianas chegaram a colina do Bonfim, encontraram a porta da igreja fechada e guardada pela polícia. As vassouras e quartinhas (vasos de barro contendo água de cheiro e flores) foram apreendidas. A partir dessa data, acontece a lavagem do adro. Apesar das críticas e proibições, a festa ganhou características se transformou no maior evento religioso da Bahia.

A adequação das irmandades aos novos tempos

No período republicano, as associações leigas que permaneceram tiveram que realizar adaptações. A modernidade e a civilização, idealizadas pela elite branca e letrada e colocada em práticas pelos intendentess e governadores, tiveram o apoio do clero, e levaram aos cortes ou a destruição total dos edifícios religiosos. Vimos que muitas irmandades foram desalojadas ou realizaram fusões para evitar o desaparecimento. Entretanto, outro fator contribuiu para as transformações internas das devoções, a promulgação de novas regras eclesásticas, por meio do Código de Direito Canônico (1918). A partir de então, os arcebispos foram mais rígidos nas tentativas de reforma da vivência religiosa dos leigos. As irmandades deveriam reformar os seus compromissos; aceitar que os párocos ocupassem cargos nas mesas administrativas; excluir elementos de outras crenças nas missas, novenas, procissões e festas; prestar contas, anualmente, de todas as suas atividades. Tudo isso deveria ser observado e já fazia parte das cobranças do clero, mas ganhou força de lei.

O *Compromisso* da Irmandade do Senhor Bom Jesus das Necessidades e Redenção, reformulado por Dom Jerônimo Thomé da Silva em 1913, determina que “Não podem ser irmãos os que pertencerem a seitas ou sociedades condenadas pela Igreja e se de facto fizerem parte ficam eliminados e deixam de ser Irmão” (COMPROMISSO... 1914, p. 7). A justificativa para a reforma era o enfraquecimento do grupo. Segundo o arcebispo, “[...] tendo em vista levantar a mencionada Irmandade do estado de abatimento em que, infelizmente, jaz, resolveu retomar o seu Compromisso, incompleto e abseleto (sic) em algumas de suas partes” (COMPROMISSO... 1914, p.25).

A Devoção do Senhor Bom Jesus do Bonfim também foi obrigada a realizar mudanças na sua administração. O primeiro *Compromisso*, aprovado em 1793, vigorou até 1895, apesar das tentativas de reformas no texto. Em 1919, um ano após a

publicação do Código de Direito Canônico, ainda no arcebispado de Dom Jerônimo Thomé da Silva, foi aprovado um novo documento, chamado Estatuto. O arcebispo passou a compor a mesa administrativa.

È perceptível, na documentação analisada, algumas tentativas do arcebispo Dom Álvaro Augusto da Silva de reestruturar as irmandades e até mesmo reorganizar devoções em vias de desaparecimento, de acordo com a nova legislação eclesiástica. Em 1931, o arcebispo solicitou às mesas administrativas informações sobre o funcionamento das irmandades. Tivemos acesso ao documento (resposta do juiz) da Irmandade de Santa Cecília, que deixa bem claro, logo de início, que o clero de Salvador tinha “necessidade de regularizar a situação das Ordens Terceiras, Irmandades e Pias Associações, de acordo com as determinantes do novo Código de Direito Canônico” (IRMANDADE..., 1931, p. 1). Questões levantadas pelo arcebispo:

1. “Se tem essa associação religiosa os seus estatutos organizados segundo as normas do Código de Direito Canônico de 1918;
2. Se tem prestado, anualmente, ao Ordinário Diocesano as contas de cada exercício, segundo determinação do Código – C.691-1525;
3. Se tem ônus de missas ou legados pios, quais sejam, e se os tem cumprido;
4. Se tem remetido o inventário anual dos bens que possui” (IRMANDADE..., 1931, p. 1-4).

As respostas do juiz da devoção de Santa Cecília são interessantes para entendermos as resistências das associações leigas às mudanças impostas pelo arcebispado. Sobre os estatutos, o juiz responde que a irmandade era regida pelo *Compromisso* legalmente aprovado pela Mesa e por Dom Manoel dos Santos Pereira, em 1892, portanto, “[...] ainda em pleno vigor, fora dos preceitos do novo Código de Direito Canônico, sem, entretanto, se afastar a Irmandade dos bons costumes, doutrina da Santa Igreja e sua sagrada disciplina” (IRMANDADE, 1931, p. 1-2). Mais significativa ainda é a resposta à segunda questão:

A Irmandade de Santa Cecília realmente não tem prestado conta de sua gestão ao Ordinário Diocesano, não por desobediência aos preceitos da lei invocada; mas, sim, em virtude de desconhecê-la e, nesta condição, os seus fundamentos.

Esta instituição religiosa e beneficente, que atravessou uma fase de grandes dificuldades financeira, não possuindo sequer, um vintém para ocorrer às suas despesas, estava prestamente a desaparecer.

Graças, porém, a boa vontade, perseverança e sincero amor e devoção a Matriarcha e Gloriosa Virgem Santa Cecília, o venerando professor Anacleto Vidal da Cunha, no intuito de não deixar sumir-se esta benemérita Irmandade, de longínquas tradições, reuniu um grupo de velhos irmãos, e depois de eleito juiz, a contento de todos os seus pares, conseguiu, abnegadamente e devida constância, reerguer a instituição, continuando, assim, com o mesmo brilho de outrora, o culto divino da S. S. Virgem Padroeira da Música (IRMANDADE..., 1931, p. 2).

O juiz respondeu, ainda, que não possuía encargos de missas ou legados pios e não enviava, anualmente, o inventário de seus bens por desconhecer que tinha tal obrigação para com a autoridade eclesiástica, uma vez que seu *Compromisso* nada cogitava a respeito. Porém, afirmava que a associação estava pronta para satisfazer aquela formalidade (IRMANDADE..., 1931, p. 3-4).

Além da cobrança do cumprimento do Código de Direito Canônico, Dom Álvaro Augusto da Silva pretendia reorganizar devoções esquecidas ou extintas. O cronista João da Silva Campos (2001, p. 303-311), ao escrever o livro *Procissões Tradicionais da Bahia*, no final da década 1930, dividiu as procissões em extintas e atuais. A de São José está no rol das atuais. Temos notícia do início do cortejo em 19 de março de 1711, em ação de graças pelo abrandamento de uma tempestade. Enquanto no sertão da Bahia se fazia procissão para pedir chuva, em Salvador, o santo deveria evitar estragos provocados por excesso de água vinda do céu. Entretanto, o culto permaneceu em algumas igrejas, mas sem brilhantismo. Nos oitocentos, a procissão não teve regularidade. Deve ter contribuído para o declínio, um fato ocorrido em 1822, quando das lutas pela independência. Conta-se que o préstito, seguido por portugueses e pela Legião Constitucional Lusitana, foi apedrejado. Os guardas responderam com tiros e o cortejo obrigado a se desfazer.

Em 1896, Dom Jerônimo Thomé da Silva resolveu fundar a Irmandade do Glorioso Patriarca São José, com sede na Igreja do Corpo Santo. O *Compromisso*, reformulado por Dom Álvaro Augusto da Silva, em 1932, traz um histórico da devoção e noticia as tentativas de realização anual da festa até a reestruturação da irmandade. O novo texto declara que “[...] teve necessidade de reformar no presente, o seu Compromisso para incluir as modificações precisas, de acordo com o novo Direito Canônico” (COMPROMISSO..., 1932, p. IV). Uma das principais mudanças era a direção da associação pelo pároco do distrito da Conceição da Praia. O art. 11 do

Capítulo II – Dos irmãos e seus deveres, determina:

Para ser irmão é preciso professar a Religião Catholica Apostólica Romana; não estar atingido por alguma censura ecclesiastica; não pertencer a sociedades condemnadas pela Igreja; ser reconhecido de bons costumes; ter profissão ou emprego (Can. 693). (COMPROMISSO..., 1932, p. 3).

Em 1943, Dom Álvaro Augusto da Silva propôs a revitalização da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Sé, que, após a destruição da Igreja da Sé, se mantinha com evidente dispersão dos irmãos. Em resposta ao arcebispo, o cônego da catedral, Odilon Moreira, escreveu: “Sendo da vontade de V. Excia. Revma. que se reorganise nesta freguesia, a Irmandade do S.S. Sacramento da Sé, lembro a V. Excia. Revma. os seguintes nomes: Dr. Elpídio Boa Morte, Dr. Olympio Teixeira e Dr. Antonio Espinheira” (CORRESPONDENCIA..., 1943, p. 1).

Temos até o momento uma amostragem, ainda provisória, das irmandades baianas no período republicano. Os resultados parciais da pesquisa demonstram que muitas irmandades não conseguiram manter a independência em relação ao poder eclesiástico. Ou aceitavam a presença do pároco na mesa administrativa e acatavam as novas regras eclesiásticas ou estavam fadadas ao desaparecimento, substituídas por novas devoções e grupos religiosos.

A abolição da escravatura pode ter contribuído para o afastamento de muitos irmãos em busca de uma ocupação no mercado de trabalho. As irmandades de negros e pardos recebiam constante vigilância do clero na tentativa de eliminar as influências dos cultos africanos. As procissões noturnas, o toque dos atabaques, as danças rituais e lavagem de igrejas eram cada vez mais combatidos, proibidos, muitas vezes com o apoio das autoridades civis e a polícia. Entretanto, a ampliação do número de candomblés, apesar das perseguições, favoreceu a manutenção da identidade e preservação da cultura e dos cultos de matriz africana em novos espaços: os terreiros.

A Proclamação da República e a separação entre a Igreja e o Estado levaram a diminuição dos investimentos do poder público (Câmara Municipal) nos atos religiosos promovidos pelas confrarias de homens brancos. Há persistência dos fiéis. Para não desaparecerem, algumas associações optaram pela fusão ou se transformaram em ordem terceira. Tudo leva a crer que as irmandades que possuíam templo próprio, fontes de renda (como aluguéis de imóveis), e maiores doações dos seus membros (médicos,

advogados, autoridades políticas, etc.), homens de boa condição econômica e influência na sociedade soteropolitana, tiveram maiores condições de continuarem com suas atividades. Esses aspectos certamente contribuíram para a continuidade do culto.

Não creio, portanto, que o período republicano tenha gerado simplesmente a decadência das irmandades, e sim, significativas transformações que precisam ser analisadas com maior profundidade para entendermos a vivência religiosa dos leigos.

Referências

AZZI, Riolando. *O catolicismo popular no Brasil: aspectos históricos*. Petrópolis: Vozes, 1978.

A NOSSA educação religiosa. *Diário de Notícias*. Salvador, 09 dez. 1912, p. 1.

BARBOSA, Manoel de Aquino. *Efemérides da freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Praia*. Salvador: Beneditina, 1970.

BOSCHI, Caio César. *Os leigos e o poder: irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais*. São Paulo: Ática, 1986.

CAIGNY, Majolo de. História do projecto da demolição do Mosteiro de S. Bento da Bahia. *A Paladina do Lar*. Número Especial. Salvador: Typ. Beneditina, 1912.

CAMPOS, João da Silva. *Procissões Tradicionais da Bahia*. 2ª edição revista. Salvador: Conselho Estadual de Cultura, 2001.

CARVALHO FILHO, José Eduardo Freire de. *A devoção do Senhor J. do Bom-Fim e sua História*. Salvador: Typ. de São Francisco, 1923.

COMPROMISSO da Irmandade do Senhor Bom Jesus das Necessidades e Redempção. Salvador: Estabelecimento Gráfico Baptista Costa, 1914.

COMPROMISSO da Irmandade de S. José, erecta na Igreja do Corpo Santo (Freguezia de N. S. da Conceição da Praia). Salvador: Officinas Graphics de “Era Nova”, 1932.

CORRESPONDENCIA do Cônego Odilon Moreira ao arcebispo Dom Álvaro Augusto da Silva. Salvador: LEV, 1943.

COUTO, Edilece Souza. “A Bahia não se desnacionaliza”: modernidade, civilidade e permanência dos costumes na Salvador republicana. In: MOURA, Milton (Org.). *A larga barra da baía: essa província no contexto do mundo*. Salvador: EDUFBA, 2011, p. 56-85.

COUTO, Edilece Souza. *Tempo de festas: homenagens a Santa Bárbara, Nossa Senhora da Conceição e Sant'Ana em Salvador (1860-1940)*. Salvador: EDUFBA, 2010.

FARIAS, Sara Oliveira. *Irmãos de cor, de caridade e de crença: a Irmandade do Rosário do Pelourinho na Bahia: séc. XIX*. Dissertação de Mestrado em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade federal da Bahia, Salvador, BA, 1997.

IRMANDADE de Santa Cecília. Salvador: Laboratório Eugênio Veiga – LEV, 1931.

LEITE, Rinaldo. *E a Bahia civiliza-se: ideias de civilização e cenas de anticivilidade em um contexto de modernização urbana, Salvador, 1912-1916*. Dissertação de Mestrado em História – Universidade Federal da Bahia. Salvador, BA, 1996.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Bahia, século XIX: uma Província do Império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

NASCIMENTO, Anna Amélia Vieira. *Dez freguesias da cidade do Salvador: aspectos sociais e urbanos do século XIX*. Salvador: EDUFBA, 2007.

PINHEIRO, Eloísa Petti. *Intervenções na Freguesia da Sé, 1850-1920*. In: GAMA, Hugo; NASCIMENTO, Jaime (Orgs.). *A urbanização de Salvador em três tempos: Colônia, Império e República*. Vol. 1. Salvador: IGHB, 2011, p. 131-173.

PINTO, Tânia Maria de Jesus. *Os negros cristãos católicos e o culto aos santos na Bahia colonial*. Dissertação (Mestrado em História), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade federal da Bahia, Salvador, BA, 2000.

REGINALDO, Lucilene. *Os Rosários dos Angolas: irmandades negras, experiências escravas e identidades africanas na Bahia Setecentista*. Tese de Doutorado em História – Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Campinas, SP, 2005.

REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

SANTOS, Dom Antônio Luís dos. *Portaria*. Arquivo Público do Estado da Bahia - APEB - Setor Colonial - Seção de arquivos coloniais e provinciais. Maço 5209, caderno 1866. Salvador, 9 de dezembro de 1889.

SANTOS, Manuel Mesquita dos. *A Sé primacial do Brasil: notícias históricas*. Salvador: Cia Editora e Gráfica da Bahia S. A., 1933.

SCARANO, Julita. *Devoção e escravidão: a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos no Distrito Diamantino no século XVIII*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.

SILVA, Appio da. *Relatório das Irmandades da Sé*. Salvador: Laboratório Eugênio Veiga – LEV, 1938.

SILVA, Cândido da Costa e. *Os segadores e a messe: o clero oitocentista na Bahia*. Salvador: EDUFBA, 2000.

Recebido em 07/12/2012

Aprovado em 20/12/2012